



## A “SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO” E O “FETICHISMO DA TÉCNICA”:

rumo ao fim da sociedade do trabalho?

Reivan Marinho de Souza<sup>1</sup>  
Fernando de Araujo Bizerra<sup>2</sup>

### RESUMO:

Analisa-se os argumentos de autores contemporâneos que defendem a existência de uma “sociedade de informação”, cuja marca seria o predomínio da técnica e a perda da centralidade do trabalho. Entende-se que, longe de ser determinante, a técnica está subordinada a estrutura econômico-social a ela correspondente. Discute-se porque o desenvolvimento do capitalismo propicia a evolução da técnica consoante com as necessidades de reprodução ampliada do capital.

**Palavras-chave:** “sociedade da informação”, “fetichismo da técnica”, centralidade do trabalho.

### ABSTRACT:

It analyzes the arguments of contemporary authors who advocate the existence of an “information society”, which would mark the ascendancy of technology and the loss of centrality of work. It is understood that far from determining, technique is subordinated to the social and economic structure that correspond to it. It discusses why the development of capitalism provides technical developments consonant with the needs of expended reproduction of capital.

**Keywords:** “information society”, “fetishism of technique”, centrality of work.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: reivansouza@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: nando\_epial@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

Durante o século XX o capital reorganiza seu ciclo reprodutivo, buscando manter sua lógica: *orientado pela acumulação e pela expansão* (MÉSZÁROS, 2002, p. 100). As céleres transformações<sup>3</sup> na esfera produtiva espriam-se na organização da classe trabalhadora, redimensionando o horizonte de suas lutas. Isso possibilitou ao capital reerguer-se ante os momentos críticos que marcam seu processo de reprodução e manipular os movimentos dos trabalhadores. Alguns autores sinalizam, nesse contexto, o “adeus ao trabalho”, principalmente no que trata da luta pela superação da ordem vigente. Encontram-se afirmações presididas pelo “fetichismo da técnica”, de que a inserção da microeletrônica e da informática ao ampliar as possibilidades de acesso e difusão de conhecimentos teria levado a sociedade a um novo patamar organizacional. Tal patamar poderia transformá-la para além do capitalismo. Nesse universo, “a informação, como conceito, chega ao mundo trazendo consigo nuvens de glória” (KUMAR, 2006, p. 45). Essa defesa encontrou eco na análise de críticos da sociedade moderna, cujo argumento é de que a técnica seria o *locus*

---

<sup>3</sup> Dentre as transformações significativas verifica-se, durante o século XX, a vigência do padrão taylorista/fordismo até os anos de 1970 para manter as taxas de lucratividade do capital elevadas. Este padrão generalizou-se mundialmente em face da crise de 1929 e consistiu na aplicação dos princípios da administração científica de Taylor ao processo de trabalho, consolidando hierárquica e tecnicamente a moderna dissociação das tarefas ligadas a concepção – trabalho intelectual - e a execução – trabalho manual - na divisão do trabalho. Consistiu numa organização do trabalho rígida, com base no parcelamento extensivo das atividades, na supervisão e nas formas de controle despóticas, sendo funcional à reprodução capitalista na fase monopolista. Concomitante à generalização do taylorismo/fordismo, logo após a grande depressão de 1929, desenvolveu-se o modelo de Estado intervencionista, de matriz keynesiana, o qual foi imprescindível para atenuar a estagnação econômica. Este é denominado Estado de Bem-Estar Social, *Welfare State*, ou ainda, Estado-Providência. E diante do binômio fordismo/Estado de Bem-Estar Social o capital requereu o aumento do consumo dos trabalhadores “cidadãos” para justificar a produção de artigos em massa. Em resposta a exaustão do padrão taylorista/fordista nos anos 70, Antunes (2009, p. 33) salienta que o capital iniciou um processo de reorganização de seu sistema econômico, ideológico e político de dominação. Novamente o capital entra em crise, mas numa crise cujas dimensões são, em essência, diferente das crises enfrentadas anteriormente. Trata-se da crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) que a humanidade mergulhou profundamente a partir de 1970, que atinge todos os setores e esferas da vida. Pela dimensão estrutural que a crise assume, intensificam-se as contradições da relação-capital e ela se converte em uma crise *suus generis* de caráter destrutivo. O sistema do capital a responde drasticamente, substituindo o padrão “rígido” de produção, sustentado durante o segundo pós-guerra por cerca de trinta anos, pelo modelo de acumulação e de produção flexível mediante a adoção da microeletrônica e da informática na produção e de um conjunto de medidas neoliberais nas esferas econômica, política e social. Tais medidas resultam no desemprego massivo de trabalhadores, na fragmentação e precarização do trabalho, na redução e perda de direitos sociais, etc. Assim, valendo-se de novas e velhas formas de acumulação a reestruturação capitalista, conforme Antunes (2009), afeta-se destrutivamente o “mundo do trabalho”, tornando exponenciais as contradições imanentes à lógica reprodutiva do capital.



estratégico de superação da sociedade do trabalho. A história, por vezes, tem negado essas aspirações de “glória”. Trata-se de uma especulação sem comprovação histórica.

Entendemos que este caminho está fadado a mistificar a realidade e aquém de explicá-la, não expressa o movimento contraditório em que se verifica o avanço das forças produtivas e das precárias condições de reprodução social da humanidade. Com o objetivo de discutir tal temática, o texto a seguir apresenta elementos críticos que demonstram a inviabilidade da “sociedade de informação” eliminar o trabalho e as classes sociais. Referenciamos-nos na obra de Kumar (2006) e de outros autores que trazem o debate das “novas” teorias da “sociedade de informação” e as inconsistências dessas proposições.

## 2. A “SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO” E O “FETICHISMO DA TÉCNICA”: RUMO AO FIM DA SOCIEDADE DO TRABALHO?

Para Kumar (2006), em sua obra *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, nos anos 1970, sociólogos formularam uma tese de que as transformações na esfera produtiva inaugurou o período “pós-industrial”<sup>4</sup>. Essa formulação da sociedade “pós-industrial” despertou intensos debates. Para esses sociólogos, presenciou-se a “transição para uma nova sociedade”, de modo que a sociedade industrial estava sendo superada, dando lugar à “sociedade de informação”. Citando Daniel Bell (1980); Toffler (1981) e outros teóricos que defendem a “sociedade de informação”, Kumar (2006, p. 46) ressalta que tais autores analisam as mudanças atuais tendo como ponto de partida as alterações propiciadas pela informação, inextricavelmente ligadas à descoberta do computador durante os anos da Segunda Guerra Mundial<sup>5</sup> e no período posterior. Para eles, a disseminação das tecnologias de informação passa a ser a esfera mais importante da sociedade do futuro, já que essa tecnologia passou a ser aplicada em diversos setores da sociedade<sup>6</sup>. Defendem, portanto, que ocorrem transformações significativas na história mundial. Não se pode negar que a sociedade do século XX não é a

<sup>4</sup> O solo histórico originário dessas “teorias pós-industrialistas” encontra-se delimitado, de acordo com Kumar (2006, p. 14), principalmente no panorama de um “novo estado de espírito ocidental em seguida ao choque do petróleo em 1973, [pois] um estado de espírito de crise substituiu o otimismo da década de 1960”.

<sup>5</sup> “O computador eletrônico digital em si surgiu principalmente para realizar cálculos balísticos e as análises que resultaram na bomba atômica” (KUMAR, 2006, p. 46). Ou seja, surgiu para responder as necessidades de reprodução do capital num contexto histórico particular, de modo que, nas empresas multinacionais, principalmente norte-americanas, “computadores e satélites são tão essenciais ao seu funcionamento quanto os operários e as fábricas que produzem bens e serviços” (KUMAR, 2006, p. 47).

<sup>6</sup> O capital penetrou em todas as esferas da vida, sempre de modo a regulá-las. A política, a educação, os meios eletrônicos de divulgação e as artes, a saúde, a seguridade social, a polícia, os serviços penitenciários, o trabalho, a diversão e as relações familiares vêm sofrendo os impactos da ofensiva do capital. Nas áreas mais íntimas da vida individual, o consumismo invadiu os assuntos corporais e sexuais. Assim, segundo Kumar “em todos os espaços do “mundo da vida”, o capitalismo descobriu o material necessário para transformar tudo em novas mercadorias e em consumismo.” (2006, p. 228).



mesma do século XIX no que trata das mudanças fenomênicas importantes alcançadas pelo desenvolvimento das capacidades humanas, ainda que num nível alienante extremo. O argumento principal desses autores sustenta-se numa base frágil, pois está restrito aos “novos métodos de acessar, processar e distribuir informação” (KUMAR, 2006, p. 15).

Nesta direção, suas reflexões abordam que o conhecimento e seu acúmulo são mediações para uma maior eficiência e maior liberdade<sup>7</sup>. Para Kumar (2006, p. 25), os defensores da “sociedade de informação” assumem uma visão “utópica”, já que, analiticamente, as novas tecnologias da informação e sua ampla difusão anunciariam “uma nova aurora, uma transformação radical e benéfica da vida e do trabalho”. Tal fato é negado diariamente pela própria dinâmica de reprodução do capital na contemporaneidade. O incremento tecnológico desenvolvido, tendo o computador como “símbolo principal” e “motor analítico”, para usarmos os termos de Bell (*apud* KUMAR, 2006), esteve voltado, diretamente, para o planejamento militar na materialização de um complexo industrial-militar e científico; apesar de hoje ter assumido uma infinidade de usos, o que não muda, portanto, sua função.

Os autores que difundem as teorias “pós-industrialistas da sociedade de informação” entendem que a comunicação e o controle constituem o centro da vida humana, pois “a informação é um requisito para [a] sobrevivência” (KUMAR, 2006, p. 22). O elemento principal é de que o conhecimento alcançado pelo progresso técnico, derivado da tecnologia de informação, não se deu apenas quantitativamente, mas qualitativamente. Para estes, “o elemento comum, é, de fato, a informação – a revolução tecnológica da informação e tudo o que ela conota em termos de comunicação instantânea e de compreensão do tempo e do espaço” (KUMAR, 2006, p. 23). De modo que isso contribui para um sistema integrado e unificado de conhecimento em escala planetária. É, assim, que Bell, proponente mais conhecido dessa tese, entende que “o conhecimento não só determina, em um grau sem precedentes, a inovação técnica e o crescimento econômico, mas está se tornando rapidamente a atividade chave da economia e a principal determinante da mudança ocupacional” (KUMAR, 2006, p.50). O conhecimento passa a ter um papel tão determinante, na análise de Bell, de modo que a nova sociedade terá como centro uma “economia de informação”. E, através dela, se terá um rápido “crescimento do número de trabalhadores em informação na estrutura ocupacional” (BELL *apud* KUMAR, 2006, p. 23-24). Isso porque,

---

<sup>7</sup> Convém lembrar que a liberdade que esses autores defendem, por sua vez, está intimamente presa aos limites do mercado, é a liberdade do indivíduo possível nos marcos da sociedade burguesa.



A sociedade de informação gera mudanças no nível mais fundamental da sociedade. Inicia um novo modo de produção. Muda a própria fonte da criação da riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídos pela informação e pelo conhecimento. A teoria do valor trabalho, da maneira formulada por uma sucessão de pensadores clássicos, de Locke e Smith a Ricardo e Marx, é obrigada a ceder lugar a uma "teoria do valor do conhecimento, e não do trabalho, e a origem do valor" (BELL *apud* KUMAR, 2006, p. 51).

Para os teóricos citados por Kumar (2006), com a mudança na esfera ocupacional, estaríamos presenciando ao surgimento de uma sociedade que, para além de todas as suas tensões, deveria ser celebrada não só como um "novo" modo de produção, "mas como um estilo de vida completo" (KUMAR, 2006, p. 53). Outra característica dessa sociedade é que "o trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídas pela informação e pelo conhecimento" (BELL *apud* KUMAR, 2006, p. 51) Com isso, a "sociedade de informação" não tem como categoria fundante o trabalho. Essa renúncia à categoria trabalho na análise das transformações no século XX leva ao entendimento de que o desenvolvimento da informação, da "teoria do valor do conhecimento" e do progresso tecnológico passa a predominar sobre a estrutura econômica. Para esses autores, a nova "sociedade de informação" fez desaparecer a sociedade do industrialismo clássico. Ao negar ou desqualificar o momento predominante da reprodução da totalidade social - a economia<sup>8</sup> -, materializado pela organização industrial e processos produtivos peculiares - grande indústria, fordismo e toyotismo -, deriva daí um conjunto de desdobramentos problemáticos.

Ora, se o trabalho não é mais fundante, qual a categoria que assumiria essa função no desenvolvimento da sociedade? Prevalece o pressuposto de que, na sociedade dos "novos tempos" a informação converte-se na "fonte da criação da riqueza". Nega-se a centralidade do trabalho e dos seus elementos basilares como atividade fundante: a criação da riqueza produzida pelo incessante e ineliminável intercâmbio homem-natureza presente em qualquer formação sócio-histórica. O primado da informação sobre o trabalho escamoteia o problema, longe de resolvê-lo. Isso porque não se trata apenas de uma troca de sinais, nem mesmo de uma mera substituição de termos categoriais.

Rotulada pelo verniz pós-moderno, essa defesa é, na prática, a revogação, levada ao extremo, da possibilidade e necessidade histórica de haver a revolução. O caráter revolucionário próprio da teoria marxiana é congelado pela centralidade da "informação", pela expansão da microeletrônica, da informática e dos seus derivados, acreditando-se, com isso, que "o computador [...] automatizaria o trabalho tedioso e cansativo, libertando os

---

<sup>8</sup> Na relação entre economia e totalidade social cabe a economia o momento predominante, "[...] dado que reside [nela] o momento fundante da sociabilidade (o trabalho)" (LESSA, 2011, p. 264).



trabalhadores para se entregarem a tarefas mais interessantes e criativas” (KUMAR, 2006, p.59). Há, por parte desses autores, o abandono de categorias essenciais para a apreensão da realidade. Cancela-se a centralidade ontológica do trabalho e da sua relação com os demais complexos sociais, invalidando, conseqüentemente, o caráter ontológico de distinção das classes sociais na estrutura produtiva, já que essa distinção fundamental tem, no trabalho, seu nóculo decisivo. Nesse terreno, germina um “vasto campo teórico para as ilações as mais mirabolantes” (LESSA, 2011, p. 243).

Os teóricos da “sociedade de informação” afirmam ainda que “estaremos entrando numa era mais democratizante, pois a informação pode iniciar a rejeição pelas hierarquias e pode acabar com as classes sociais” (NAISBITT, 1984; MASUDA, 1985 *apud* KUMAR, 1997, p. 26-27). Como se vê, outra projeção da “sociedade da informação” é de que, por meio desta, o fim das classes sociais seria alcançado sem que, para isso, fosse supressa a base que a sustenta: a propriedade privada e a hierárquica divisão social do trabalho. Aqui, há um equívoco grave. A divisão de classes não é uma consequência direta da inovação tecnológica e, portanto, não pode ser superada unicamente por esta mediação. O que define as fronteiras entre as classes é o lugar ocupado por estas na estrutura produtiva: subordinação (trabalhadores) ou controle privado (burguesia) na produção social da riqueza.

No capitalismo, os elementos definidores da divisão de classes, além da propriedade privada como elo de regulação das relações sociais, é a separação violenta dos trabalhadores dos seus meios de produção. Recorde-se aqui o movimento histórico denominado por Marx (1988) de “acumulação primitiva”<sup>9</sup>. Para esse autor (1988, p. 252), o desenvolvimento da produção capitalista demanda *sempre*, de um lado: possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que compram força de trabalho alheia; e doutro: trabalhadores “livres”, que são condicionados a vender sua força de trabalho. Estes últimos tornam-se mercadorias fundamentais, pois estão “livres” na medida em que não pertencem aos meios de produção, nem os meios de produção lhes pertencem. Assim, estão dadas as condições para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Para Marx (1988, p. 252), a relação-capital só pode se realizar como “processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que

---

<sup>9</sup> De acordo com Marx (1988, p. 253), o processo histórico conhecido como “acumulação primitiva” foi o momento em que se verificou a separação entre produtor e meio de produção. Tal processo se revela como “primitivo”, pois antecede o modo de produção capitalista; compõe sua fase pré-histórica, originária; seu “ponto de partida”. Esse processo é entendido como “os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros”.



transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados.” Como se vê, a divisão da sociedade em classes é um pressuposto fundamental para que o capital - enquanto relação social - se expanda e penetre em todas as dimensões da vida, colocando-as sob seu controle direto, não sendo, portanto, passível de superação pelo campo da tecnologia e da ciência. A determinação da existência das classes no capitalismo está para além do desenvolvimento pujante da técnica, pois a estruturação hierárquica das classes sociais não é decorrência direta e inevitável do desenvolvimento tecnológico, está atrelada à forma específica da produção/ acumulação capitalista, da relação social que funda as classes.

Na contramão da tendência contemporânea dos teóricos da “sociedade de informação”, Kumar (2006), baseado em estudos empíricos, demonstra que “A computadorização tornou possível sua extensão a esferas de atividades e grupos de trabalhadores até então intocados” (KUMAR, 2006, p. 59). Com a extensão da informática/ do computador para áreas antes não incorporadas pelo capital, tem-se, por outro lado, um processo de desqualificação da força de trabalho semelhante aos processos de trabalho baseados nos princípios tayloristas que, até meados do século XX, estavam restritos a indústria de transformação e aos trabalhadores braçais. O autor salienta que a inserção de tecnologias avançadas reduziu o nível de qualificação dos trabalhadores, aspecto que nega o argumento dos autores que afirmam que a tecnologia aumentaria a qualificação dos trabalhadores, pois automatizando o trabalho tedioso e cansativo, o controle da produção seria devolvido a estes. A realidade mostrou algo distinto desta proposição, pois “a aplicação da nova tecnologia deu prosseguimento à ‘dinâmica da desqualificação’” (LITTLER *apud* KUMAR, 2006, p. 59), intrínseca aos princípios taylorianos.

O autor explica que a computadorização das atividades nas indústrias não resulta no aumento da habilidade dos trabalhadores. Para ele, os pontos estratégicos da produção foram automatizados e isso permite ao capital reduzir sua dependência por trabalhadores qualificados. Não aumenta o conhecimento e o controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. Com as inovações técnicas, as empresas conseguem diminuir a diversidade das tarefas individuais e padronizam o trabalho, assim, “o trabalho com computadores seguiu o padrão conhecido de separação e decomposição de tarefas, resultando em trabalho rotinizado de um pequeno grupo de projetistas e pesquisadores” (KUMAR, 2006, p. 61). Esses elementos demonstram que as mudanças na esfera produtiva não apontam para a nova “sociedade de informação”. Ao contrário, a essência da sociedade burguesa continua intocável, “o capitalismo pós-fordista ainda é capitalismo. É impulsionado tanto hoje como



sempre pelo motor do processo de acumulação. A reestruturação implícita no pós-fordismo tem a intenção de fortalecer, e não de enfraquecer o capitalismo” (KUMAR, 2006, p. 89).

Essa problematização desvenda o argumento de que com a reestruturação produtiva delinea-se uma “nova” sociedade. Centrados apenas nas mudanças alcançadas pelo desenvolvimento científico, os autores postulam que a técnica é central. Como já demonstrado, anteriormente, tomam a técnica, e não mais o trabalho, como fundante da sociabilidade. Não apreendem porque a produção é quem determina a necessidade da inovação tecnológica e não o inverso. Reclamam, portanto, no “fetichismo da técnica”. Segundo Lessa (2011, p.261) esse fetichismo não é uma criação contemporânea, pois na transição do séc. XIX para o séc. XX, na II Internacional, destaca-se a ideia de que “a humanidade teria passado do modo de produção primitivo ao modo de produção asiático ou escravista e, deste último, ao feudalismo e ao capitalismo, graças ao desenvolvimento de novas tecnologias que teriam tornado anacrônicas as relações de produção existentes a cada momento”.

Sobre este aspecto, Lukács (1981, p. 87) afirma o quanto a defesa da técnica é fetichista, já que “exatamente como na própria economia, a técnica é uma parte importante, mas sempre derivada, do desenvolvimento das forças produtivas e, acima de tudo, dos homens (o trabalho) e das suas relações inter-humanas (divisão do trabalho, estratificação de classe, etc.)”. A técnica constitui-se enquanto resposta social aos problemas de reprodução da sociedade de classes. Ela não assume o momento predominante no desenvolvimento da sociedade. Ao se pressupor isto, se comete uma inversão ontológica. Isso porque a técnica “é uma parte importante, mas sempre derivada” (LUKÁCS, 1981, p. 87). Longe de ser determinante, é sempre determinada pela estrutura econômico-social a ela correspondente. É o desenvolvimento das relações sociais capitalistas que determinam a necessidade da técnica. Ela desenvolve-se para facilitar o processo de extração de mais-valia consoante com a redução do contingente da força de trabalho e a implantação de um patamar de exploração ainda mais intenso dos trabalhadores. Constitui-se numa relação social inexorável à reprodução do capital.

A frenética expansão da informática na atualidade está aprisionada, portanto, aos nexos de uma produção destrutiva, marcada pela manipulação em massa. Desdobram-se daí problemas que não se restringem a questões teóricas, aliás, repercutem diretamente na práxis. Não há comprovação histórica que a técnica superou o trabalho e possibilitou aos homens uma organização social antagônica ao capitalismo. Longe dessa grosseira falsificação, apreende-se que a inovação tecnológica não emancipou o trabalhador do



trabalho rotineiro/ assalariado. Sem dúvida, proporcionou rigorosamente o inverso: apresenta-se como forma bárbara de aprisionamento deste ao capital. Sem a ruptura do trabalho abstrato, produtor de alienação, não será produzida a verdadeira sociedade emancipada.

### 3. CONCLUSÃO

Na sociedade que tem como elemento central a produção e acumulação de uma “coleção de mercadorias” (MARX, 1996), todo aperfeiçoamento tecnológico volta-se para a obtenção de lucros. Não é casual que o desenvolvimento da tecnologia esteja a serviço da extração de mais-valia do trabalhador e, conseqüentemente, da acumulação privada de riqueza. As demandas desta sociedade estão presas à propriedade privada e a técnica, aplicada à produção capitalista, não é neutra: atende, funcionalmente, às relações sociais que lhe determinam o uso e aplicação. Vimos que as inovações tecnológicas atuais e as formas de organização do trabalho não alteraram a dinâmica essencial da sociedade. As transformações tecnológicas têm como ditame o valor de troca e, por isso, não assinalaram a eliminação do trabalho, nem a dissolução das classes sociais (burguesia e proletariado). Desse modo, qual é o equívoco dos autores defensores da “sociedade de informação”? É atribuir à técnica o poder de alterar as relações de produção e as classes. Portanto, afirmar a prevalência da técnica em relação à economia é revogar a tese de Marx da centralidade do trabalho e da necessidade histórica da revolução. É a essa armadilha que o “fetichismo da técnica”, na reestruturação produtiva atual, tem levado os autores a obscurecer os nexos objetivos da realidade e a uma visão banalizada e evolucionista da história. Não há indício comprovável, no campo teórico ou empírico, de que a tecnologia no século XX tenha possibilitado o avanço das forças produtivas e levado ao fim da sociedade do trabalho.

### REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2.ed. ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- LUKÁCS, Georg. **L' Riproduzione, Ontologia dell'essere sociale**. Vol. II, versão italiana de Alberto Scarponi. Roma, Riuniti, 1981. Tradução de Sérgio Lessa.



MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Tradução Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.